



RELATÓRIO ANUAL OGPL 2019

10 de Fevereiro de 2020

OBSERVATÓRIO
DE GESTÃO PÚBLICA
DE LONDRINA



SUMÁRIO

LICITAÇÕES ANALISADAS EM 2019	5
MANIFESTAÇÕES	6
DESCRIÇÕES DAS LICITAÇÕES ANALISADAS	7
PML - PP 276-2018 – Prestação de serviços de marmitex, lanches e coffee breaks.....	7
PML - PP 054-2019 – Aquisição de tratores e minicarregadeiras.....	8
PML - PP 0066/2019 – Prestação de serviço de empresa especializada em manutenção corretiva, TBR indicado para operações tapa buracos	9
PP - CP 0016/2019 – Execução de calçadas e de bases para academias ao ar livre (AAL).....	10
CMTU - PP 0277/2019 – Sinalização de trânsito do município de Londrina	11
ATUAÇÕES EXTRA LICITAÇÕES	11
Programa Compra Londrina	11
Acompanhamento da execução da obra do viaduto da 10 de Dezembro	12
Denúncia 7670/19-TCE/PR – Falta de dados profissionais dos diretores da CMTU para satisfazer as exigências da lei das estatais (lei nacional 13.303/16).....	13
Aquisição dos uniformes escolares	14
Indagações acerca da aquisição de Imóvel para a sede do PROCON	15
Sercomtel Iluminação e SMOP (Gerência de Iluminação Pública) – Pedido de disponibilização do cronograma de instalação das luminárias LED.....	16
Relatório da aquisição de tintas viárias da CMTU	17
Monitorando obras de vias públicas	18
ELEIÇÕES 2019	20
CAPACITAÇÃO, DEBATES E PALESTRAS	21
PARCERIA COM NIGEP	22
DIPLOMA DE RECONHECIMENTO PÚBLICO CONFERIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL E PELA PREFEITURA	22
ANIVERSÁRIO DE 10 ANOS DO OGPL	24

PUBLICAÇÕES SOBRE OS 10 ANOS DO OBSERVATÓRIO	24
PRÊMIO BOAS PRÁTICAS NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE LONDRINA	25
ENTREVISTAS PARA A FOLHA DE LONDRINA, CBN, PAIQUERÊ.....	26
PARCEIROS E PATROCINADORES.....	29



HISTÓRICO

O Observatório de Gestão Pública de Londrina é uma instituição independente cuja principal meta é exercer o controle social dos gastos públicos. Nossa equipe é formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, todos dispostos a trabalhar voluntariamente pelo bem de nossa cidade e que, ressalta-se, não possuem quaisquer vínculos político-partidários.

Em meados de 2009, alguns londrinenses começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Destes debates, foi idealizado o Observatório de Gestão Pública de Londrina. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de setembro do mesmo ano, em assembleia realizada no auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL).

Em menos de um mês de sua fundação é inaugurada a sede da instituição, que conta atualmente com vários profissionais voluntários, dois analistas de licitações, um auxiliar administrativo e uma estagiária do curso de contábeis. Começa assim o trabalho do Observatório em prol da correta aplicação dos recursos públicos por meio de um controle social propositivo e preventivo.

A iniciativa espelhou-se no sucesso obtido pelo Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta concreta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal. Atualmente, o Observatório de Gestão Pública de Londrina faz parte da rede de observatórios coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB) que já congrega unidades em todo o Brasil.

MISSÃO: Atuar no controle e otimização da aplicação dos recursos públicos em Londrina

VISÃO: Ser reconhecida como instituição representativa da sociedade londrinense quanto à preservação dos princípios éticos e da eficiência na administração pública.

VALORES: Legalidade; Conduta ética; Perseverança; Apartidarismo; Transparência; Gestão democrática; Cooperação com outras instituições; Entidade aglutinadora da Sociedade.

www.observatoriolondrina.org.br

www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina

 (43) 3324-1414 | (43) 9.9942-1414

 ogplondrina@gmail.com

 Rua Ana Neri, 300 - sala 302, Jardim Caiçaras, Londrina (PR)

LICITAÇÕES ANALISADAS EM 2019

Orgão	Modalidade	Número	Objeto	Valor do certame
PREFEITURA	PP	0276/2018	Registro de Preços para eventual prestação de serviços de fornecimento de marmiteix, lanches e coffee break.	R\$820.419,90
PREFEITURA	PP	0010/2019	Aquisição de móveis, colchões, colchonetes, utensílios domésticos, caixas térmicas, eletrodomésticos, móveis e equipamentos para escritório e móveis e equipamentos industriais.	R\$ 1.291.569,33
PREFEITURA	PP	0039/2019	Registro de Preços para a eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC.	R\$ 1.011.860,11
PREFEITURA	PP	0053/2019	Registro de Preços para eventual aquisição de arla, óleos, graxas, fluidos e correlatos	R\$ 317.416,25
PREFEITURA	PP	0054/2019	Aquisição de tratores minicarregadeira, para a Secretaria Municipal do Ambiente	R\$ 787.583,34
PREFEITURA	PP	0066/2019	Prestação de serviço de empresa especializada em manutenção corretiva, com o fornecimento de peças, de 4 (quatro) máquinas ou Equipamentos tipo TBR indicado para operações tapa buracos.	R\$ 123.474,34
PREFEITURA	PE	0067/2019	Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar Rural e Urbano para o Município de Londrina	R\$ 17.290.380,38
PREFEITURA	PP	0074/2019	Registro de Preços de Dietas Nutricionais e Fórmulas Infantis.	R\$ 5.322.724,57
PREFEITURA	PP	0109/2019	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de operacionalização do Restaurante Popular de Londrina	R\$ 1.692.432,00
PREFEITURA	PE	0088/2019	Aquisição de equipamentos, caminhões, veículos utilitários, veículos de passeio e veículo para transporte de passageiros decorrentes Projeto nº48 com operação de crédito junto ao Paraná Cidade.	R\$ 6.621.301,91
PREFEITURA	PP	191/2019	Registro de Preços para eventual aquisição de óleo diesel	R\$ 2.628.000,00
PREFEITURA	PP	197/2019	Prestação de serviço em manutenção corretiva e preventiva da frota da Administração Pública.	R\$ 5.847.250,00
PREFEITURA	PP	201/2019	Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios.	R\$ 5.181.022,04
PREFEITURA	PP	203/2019	Aquisição de Uniformes para a Guarda Municipal	R\$ 242.749,76
PREFEITURA	PP	0101/2019	Aquisição de Escadas.	R\$ 6.927,98
PREFEITURA	PP	0102/2019	Registro de Preços de materiais hospitalares para procedimentos médicos e de enfermagem aos pacientes atendidos em todas as Unidades da Autarquia Municipal de Saúde - AMS e outras unidades.	R\$ 2.519.390,45
CMTU	PP	169/2019 FUL	Registro de preço para eventual aquisição de tinta viária e materiais de sinalização viária.	R\$ 1.712.009,00
PREFEITURA	PP	0120/2019	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais cirúrgicos especiais (OPME) para uso em procedimentos dos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde (PAS) da Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina (CAAPSM)	R\$ 698.120,35
PREFEITURA	PP	0146/2019	Aquisição de veículos viatura tipo SUV	R\$ 436.786,68
PREFEITURA	PP	0177/2019	Registro de preços para eventual aquisição de pneus e correlatos	R\$2.716.231,82
PREFEITURA	PP	0017/2019	Contratação de empresa para a prestação de serviços de remoção de árvores em áreas públicas do Município de Londrina e distritos, bem como a trituração e transporte dos resíduos gerados.	R\$ 3.286.224,00
PREFEITURA	PP	0164/2019	Contratação de empresas especializada na prestação de serviço para execução, manutenção e retirada da decoração ornamental e iluminação natalina de londrina.	R\$ 2.484.083,75
PREFEITURA	PP	0074/2019	Registro de Preços de Dietas Nutricionais e Fórmulas Infantis.	R\$ 5.322.724,57
PREFEITURA	PP	0211/2019	Registro de Preços para a eventual prestação de serviços de chaveiro.	R\$ 293.822,06
PREFEITURA	CP	0016/2019	Registro de preços para a eventual contratação de serviços para a Execução de Calçadas e de Bases para Academias ao Ar Livre (AAL), em diversos locais do Município de Londrina	R\$ 3.193.934,97
PREFEITURA	TP	0007/2019	Contratação de Empresa Especializada em serviços de consultoria para a elaboração e implantação do Planejamento Estratégico para a cidade de Londrina, tendo como horizonte o ano de 2040	R\$ 1.335.000,00
PREFEITURA	CP	0021/2019	Execução das obras para a Implantação do Arco Leste -Trecho 03, ligação da Av. José Ventura Filho à Av. Robert Koch	R\$ 11.962.880,89
PREFEITURA	CP	0022/2019	Execução das obras de Pavimentação e Drenagem para a implantação do Sistema de Transporte Urbano BHLS SUPERBUS na zona urbana do Município de Londrina/PR, na Avenida Winston Churchill.	R\$ 12.300.140,02
PREFEITURA	CP	0019/2019	Execução de serviço de recuperação de unidades básicas de saúde.	R\$ 1.672.508,43
PREFEITURA	CP	0018/2019	Contratação de agência de publicidade para prestação de serviços de estudo, planejamento, criação, produção e veiculação de materiais para campanhas publicitárias da administração municipal, em rádios, TVs, jornais, revistas, busdoor, placas, mídias digitais e outros tipos de mídias.	R\$ 3.000.000,00
PREFEITURA	PE	0267/2019	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO.	R\$ 366.148,15
PREFEITURA	PP	0284/2019	Contratação de empresas especializada na prestação de serviço para execução, manutenção e retirada da decoração ornamental e iluminação natalina de londrina.	R\$ 403.770,73
CMTU	PP	277/2019 FUL	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais semaforicos, utilizadas pela Diretoria de Trânsito da CMTU-LD para atender a demanda de sinalização de trânsito	R\$ 894.865,75
PREFEITURA	CC	0008/2019	ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLETOS E APROVADOS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE PARA A ACESF	R\$ 285.900,00
PREFEITURA	PP	0304/2019	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TINTAS E CORRELATOS.	R\$ 1.493.524,84
TOTAL ANALISADO				R\$ 105.563.178,37

Legenda: CP - Concorrência Pública; PE - Pregão Eletrônico; PP - Pregão Presencial; RDC - Regime Diferenciado de Contratação; TP - Tomada de Preços.

¹ As licitações da SERCOMTEL não entraram no rol dos valores do quadrimestre visto que agora tal entidade não disponibiliza os valores máximos de cada edital conforme artigo 40, inciso 10 da lei 8.666/93. As formas de contratação por dispensas e inexistências foram suprimidas nessa análise.

No ano de 2019 o Observatório de Gestão Pública de Londrina - OGPL analisou um total de 35 licitações elaboradas pela administração pública municipal direta e indireta. As 35 licitações analisadas somaram a quantia monetária de R\$ 105.563.178,37, além de dezessete questionamentos, cinco impugnações, uma manifestação acerca de um processo licitatório da CMTU para aquisição de materiais semafóricos, um pedido de informação e três reuniões.

Considerando o histórico de análises de licitações por valor envolvido, percebe-se que o ano de 2019 representou um ano produtivo nesse quesito. Dos R\$ 4.164.811.500,71 licitados pela administração pública municipal direta e indireta, foram analisados R\$ 105.563.178,37, representando 25,3% dos recursos.

MANIFESTAÇÕES

Das 30 manifestações realizadas pela entidade, seis impugnações foram enviadas em relação à cinco licitações da prefeitura e uma licitação da CMTU sobre: Prestação de serviços de fornecimento de marmitex, lanches e coffee break; Aquisição de tratores minicarregadeira, para a Secretaria Municipal do Ambiente; Prestação de serviço de empresa especializada em manutenção corretiva, com o fornecimento de peças, de 4 (quatro) máquinas ou Equipamentos tipo TBR indicado para operações tapa buracos; Registro de preços para a eventual contratação de serviços para a Execução de Calçadas e de Bases para Academias ao Ar Livre (AAL), em diversos locais do Município de Londrina; Registro de Preços para eventual aquisição de materiais semafóricos, utilizadas pela Diretoria de Trânsito da CMTU-LD para atender a demanda de sinalização de trânsito.

Além disso solicitamos uma reunião para esclarecimentos da Contratação de empresas especializada na prestação de serviço para execução, manutenção e retirada da decoração ornamental e iluminação natalina de Londrina; pedido de usuário interno no sistema SEI para melhor visualização dos processos. Reunião com Secretário de Governo acerca do processo de desestatização da Sercomtel, a respeito dos funcionários das subsidiárias da Sercomtel (Iluminação e Contact Center) e a respeito da cobrança para o acesso aos documentos constantes do Data Room da Sercomtel S.A.



DESCRIÇÕES DAS LICITAÇÕES ANALISADAS

PML - PP 276-2018 – Prestação de serviços de marmitex, lanches e coffee breaks

Licitação iniciada com o objetivo do registro de preço para fornecimento de marmitex, lanches e coffee break para suprir eventos a serem realizados no município de Londrina e outras demandas das secretarias, no valor de R\$ 820.419,90 (oitocentos e vinte mil quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos).

Em análise, o Observatório notou que as solicitações dos itens a serem eventualmente adquiridos por meio do processo licitatório, bem como suas respectivas justificativas, possuem uma parcela significativa oriunda de eventos e reuniões dos conselhos municipais e das próprias secretarias, como mostrado na tabela abaixo.

SOLICITAÇÃO E SECRETARIAS	JUSTIFICATIVA DA DEMANDA	VALOR
157/2018 - SMS	Conselho e Conferência Municipal de Saúde	R\$ 36.649,30
790/2018 SEMA -	Reuniões do COMSEMA	R\$ 18.505,20
791/2018 SEMA -	Eventos da Secretaria e Convênio com CRESLON	R\$ 168.062,00
788/2018 SMAS -	CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e Conferências dos Conselhos	R\$ 393.872,60
19/2018 - IPPUL	Reuniões do IPPUL para revisão do Plano Diretor	R\$ 5.297,00
51/2018 - FEL	Convênio com o Estado do Paraná	R\$ 65.600,00
778/2018 - SME	Lanche dos alunos em atividades extra classe, alimentação de servidores para o 7 de setembro e eventos da secretaria	R\$ 42.261,50
784/2018 FUNREBOM -	Refeições para missões dos bombeiros e coffee para os cursos, eventos e solenidades	R\$ 60.075,50
51/2018 ACESF -	Alimentação de servidores para o dia de finados e convênio firmado com vários órgãos	R\$ 25.696,80
754/2018 - SMI	Eventos da Secretaria	R\$ 4.400,00

Tabela das solicitações das secretarias, justificativas e valores

Entendendo-se que a situação econômica do Município bem como da necessidade de atenção e investimento em tantas outras demandas da sociedade londrinense, o Observatório defendeu a necessidade de relegar os gastos referentes a Coffee Break e lanches que não estejam afetos a convênios ou que sejam meramente para abastecer eventos promovidos pelas secretarias e conselhos. Assim, com melhor planejamento e seleção de prioridades, a presente licitação poderia resultar em economia de gastos ao município e atender à real necessidade do poder público.

Considerando ainda não se tratar de um item de primeira necessidade, e levando-se em conta que o município tem cortado gastos inclusive nas áreas de saúde, educação e restaurante popular, não parece plausível realizar uma licitação de tal monta sem que fique clara a real necessidade de toda a extensão do objeto.

Dessa forma, o Observatório, através do envio de ofício, impugnou a licitação para que fosse feita a reavaliação das prioridades da Prefeitura no que tange às solicitações das Secretarias, as quais giravam em torno de eventos e reuniões dos Conselhos.

Posteriormente, o edital foi republicado, e impugnamos novamente em razão da reavaliação das prioridades da Prefeitura no que tange as solicitações das Secretarias, dentre ela uma com o objeto referente ao ano passado.

O edital foi suspenso conforme nossa solicitação pelo Secretário de Gestão Pública e algumas solicitações foram excluídas do certame após nossa sugestão. Fator este que gerou a economia de R\$ 52.977,60 (cinquenta e dois mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos). Disponível para consulta:

<http://www.londrina.pr.gov.br/sistemas/licita/?licitacao=201802766>

PML - PP 054-2019 – Aquisição de tratores e minicarregadeiras

Impugnamos o edital cujo valor máximo foi de R\$ 787.583,34 (setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos e trinta e quatro centavos), e teve por objeto a aquisição de tratores minicarregadeira, para a Secretaria Municipal do Ambiente, por conta da exigência descabida de similaridade do fabricante entre o produto e seus implementos.

Vislumbrou-se, na leitura da descrição do produto, a intenção de adquirir, junto às minicarregadeiras, alguns implementos para habilitar a prática de determinadas funções, são eles:

- a) 01 (um) Removedor de árvores novo acoplável à minicarregadeira;
- b) Garra industrial nova acoplável à minicarregadeira;
- c) 01 (uma) Capinadeira hidráulica nova acoplável à minicarregadeira;
- d) 01 (uma) Trado novo acoplável à minicarregadeira;
- e) - Broca de no mínimo 12 polegadas.

Pelo fato de tais equipamentos ampliarem a utilidade do trator minicarregadeira há razoabilidade visível em sua aquisição conjunta com o maquinário principal,



principalmente pelo fato de que é necessário que haja compatibilidade entre ambos. Contudo, observa-se que o referido descritivo trouxe como condição para aquisição dos implementos supracitados não somente a compatibilidade entre estes e o trator ao qual serão acopladas, mas fez erigir a obrigatoriedade de ambos pertencerem ao mesmo fabricante.

Tal exigência não encontra justificativa razoável para existir sendo bastante a garantia de compatibilização entre o maquinário e o implemento, requisito já evidente no corpo do descritivo. Ademais, em consulta a um representante comercial dos produtos em questão não restaram dúvidas a respeito de uma ameaça à impessoalidade do certame trazida pela referida obrigatoriedade ora impugnada. Em relato, o profissional da área esclareceu que possuem inúmeras marcas fabricantes de trator minicarregadeira, entretanto apenas duas delas produzem os implementos solicitados no descritivo, sendo que uma delas atualmente não possui disponibilidade de oferta dos referidos equipamentos, o que culminaria na permanência de apenas uma marca apta a concorrer no processo.

Desta forma o observatório impugnou o edital entendendo que como inaceitável a manutenção de tal exigência causando um possível prejuízo à impessoalidade do certame. Como resultado, o Secretário Municipal de Gestão Pública, em atendimento ao art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instaura a competente instância destinada à formação do contraditório procedimental, com vista à REVOGAÇÃO do Pregão, optando pela descontinuidade do processo. Disponível para consulta: <http://www1.londrina.pr.gov.br/sistemas/licita/?licitacao=201900546>

PML - PP 0066/2019 – Prestação de serviço de empresa especializada em manutenção corretiva, TBR indicado para operações tapa buracos

Licitação de valor máximo de R\$ 123.474,34 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) foi analisada pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina, sendo encontrado no descritivo de itens a serem adquiridos nesse certame um produto constando marca específica.

O produto “PARA BARRO ROMANELLI (Produto CP02596)” possui a denominação da marca Romanelli, a qual é a mesma fabricante do TBR 500, maquinário a ser utilizado no serviço licitado. Diante disso, verificamos, por meio de contato com o fabricante da referida marca, se há necessidade deste implemento ser da mesma marca do equipamento ao qual será acoplado. Ao que foi respondido que, em que pese ser a marca específica utilizada para o modelo dos tapa buracos, não se mostra imprescindível que o produto seja do mesmo fabricante, podendo ser adquirido de qualquer marca.

Prontamente, o Observatório formulou a impugnação, no entanto não foi apresentada pois optamos por ir pessoalmente à DGLC e solicitar tal alteração para não prejudicar o bom andamento do certame, o que foi acatado e adotado pela

Diretoria com a referida alteração sendo realizada. Disponível para consulta: <http://www1.londrina.pr.gov.br/sistemas/licita/?licitacao=201900666>

PP - CP 0016/2019 – Execução de calçadas e de bases para academias ao ar livre (AAL).

O OGPL analisou a concorrência pública realizada com a finalidade de registro de preços para a eventual contratação de serviços para a execução de calçadas e de bases para academias ao ar livre (AAL) em diversos locais do município de Londrina, conforme definição da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação – SMOP.

O edital da licitação para eventual contratação, no valor de R\$ 3.194.252,36 (três milhões, cento e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) foi impugnado pelo OGPL em razão de prever que a execução do objeto se daria através do regime de empreitada global, contudo estabelecia o sistema de registro de preços para a contratação da execução do objeto da licitação.

A impugnação ao edital se fundamentou no entendimento de que a contratação de obras e serviços de engenharia não está prevista entre as hipóteses que autorizam a utilização do sistema de registro de preços, de acordo com o artigo 3º do decreto Nº 7.892, de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

A partir da análise dos documentos técnicos anexos ao processo licitatório, concluiu-se que a execução das obras e dos serviços contemplados no referido edital de licitação não seria atividade contínua ou rotineira, a exemplo dos serviços de manutenção e conservação de calçadas comuns ou outras instalações prediais simples, o que inviabilizaria a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

Diante dos apontamentos realizados pelo OGPL, foi realizada reunião com o secretário de gestão pública e corpo técnico da secretaria de obras. Os engenheiros presentes na reunião justificaram que o objeto contratado são serviços comuns (calçadas) e serviços de engenharia (base de academia), por serem serviços pontuais que não demandam maiores complexidades. Alegaram que os serviços de execução das bases de academia são padronizados e que o registro de preços tem sido a forma de contratação utilizada já há algum tempo.

Com relação ao pagamento por empreitada global, foi esclarecido por integrantes da DGLC - Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, que será emitido um contrato para cada execução de serviços baseado na emissão por parte da SMOP - Secretaria Municipal de Obras Públicas de uma planilha constando os itens a serem realizados, a empresa executora receberá pela empreitada global.

Nossos apontamentos foram rejeitados. Em resposta à impugnação ficou acordado que serão realizadas melhorias nas próximas contratações, inclusive a divisão em lotes. Houve o indeferimento da impugnação e a licitação prosseguiu. Disponível para consulta: <http://www.londrina.pr.gov.br/sistemas/licita/?licitacao=201900163>

CMTU - PP 0277/2019 – Sinalização de trânsito do município de Londrina

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais semaforicos, utilizados pela Diretoria de Trânsito da CMTU-LD para atender a demanda de sinalização de trânsito do Município de Londrina. Valor máximo estimado para a presente licitação é de R\$ 894.865,75 e data da realização do certame no dia 29/10//2019.

Acompanhamos o certame bem como o deslinde processual, apresentamos impugnação ao edital em virtude deste atribuir a exigência de amostras bem como seu arquivamento para posterior equiparação à discricionariedade e escolha do pregoeiro responsável. Nossa manifestação foi acatada pelo órgão que promoveu as alterações necessárias no edital de forma a adequar os apontamentos que formulamos.

Posteriormente, restou evidente que ao promover as referidas alterações supracitadas a CMTU não respeitou o mandamento legal de republicação do edital bem como da previsão de novo prazo para a realização do certame.

Diante disso, encaminhamos ofício à Controladoria Geral do município e a própria CMTU solicitando a anulação do certame realizado previamente. A CGM endossou nossa solicitação e encaminhou à CMTU recomendando que fosse anulado o certame, contudo, a entidade encaminhou resposta alegando que entende que não houve alteração no instrumento convocatório razão pela qual não promoveria a referida republicação tão pouco procederia de forma a anular a sessão de lances realizada anteriormente.

Atualmente, buscamos saídas por meio de reuniões para garantir que tal processo licitatório obtenha sucesso e vise interesse público sem embaraços. Disponível para consulta: <https://licita.cmtuld.org/licitacoes/766>

ATUAÇÕES EXTRA LICITAÇÕES

Programa Compra Londrina

O programa Compra Londrina visa incentivar e capacitar as empresas da cidade para aumentar a participação nos processos de compras públicas. A gestão é realizada por Prefeitura de Londrina, Sebrae, Acil e Observatório.





Em 2018, as empresas londrinenses ganharam R\$ 79 milhões em licitações devido ao Compra Londrina, o que representa 40% dos contratos. Em 2017, as empresas locais ficaram com apenas 16% dos recursos.

Desde o início da criação do Compra Londrina, o Observatório tem participado ativamente das reuniões e atividades do programa, buscou auxiliar na construção do edital da licitação acessível para os empresários, no sentido de garantir a boa qualidade na compra pública. Resultado desse trabalho foi o Decreto Municipal 753/17 que beneficia as empresas de Londrina nas concorrências públicas, visando que o recurso público permaneça no município.

O programa Compra Londrina, rendeu à cidade de Londrina o prêmio estadual Prefeito Empreendedor 2019, do Sebrae, na categoria Compras Governamentais de Pequenos Negócios. Com isso, Londrina representará o Estado na edição nacional do prêmio, marcada para junho.

Para o presidente do Observatório, Roger Trigueiros, o prêmio é um reconhecimento a um projeto que foi pensado e desenvolvido em parceria com várias entidades. “O recurso fica em Londrina, capacita os empresários, cria credibilidade e traz resultado”, afirmou.



www.compralondrina.com.br

www.facebook.com/CompraLondrina

Telefone: (43) 3372-4606

Acompanhamento da execução da obra do viaduto da 10 de Dezembro

As obras para a construção do viaduto na 10 de dezembro e “Leste-Oeste” previstas no contrato nº SMGP-0259/2018, com cronograma de 450 dias para a sua conclusão a contar de agosto de 2018 teve o seu início efetivo em outubro de 2018.

Frente ao atraso inicial e diante a magnitude e complexidade desta obra, e ainda, visando cumprir efetivamente a Lei de Acesso à Informação, o Observatório entendeu ser necessário medidas que não são tomadas ordinariamente para outras obras, e por isso, oficiou o poder público requerendo providências para melhorar a transparência desta obra e conseqüentemente o controle social, como implementação de uma área específica no sítio eletrônico da Prefeitura com o andamento da obra em tempo real, incluindo gastos, porcentagem de conclusão, etc.

Questionamos, ainda, o que seria feito com o trânsito da região, quais seriam as inversões de fluxos, alterações, duplicações, entre outros, visto ser uma área de grande circulação e que já estava afetando a movimentação dos transportes de locomoção.



Tendo como retorno respostas esparsas e sem coesão e clareza, enviamos novos ofícios reiterando os pedidos já feitos e requerendo que fosse dada ampla publicidade as mudanças de trânsito que ocorrem e ocorrerão na região o mais breve possível e que fosse realizado o devido planejamento para o resto da obra com máxima urgência.

Diante das respostas aos ofícios enviados, ficou claro o despreparo e falta de planejamento com o trânsito na região desta obra, demonstrado principalmente na resposta do Pedro Ramos Diretor de Trânsito da CMTU, que narra a tentativa de consenso dentre os órgãos do Município, já tardio (31/08/2018), onde CMTU, IPPUL e Secretaria de Obras não acordam sobre como deverá ocorrer as mudanças, com aparente negligência da Secretaria.

O Observatório continua a insistir na transparência e na divulgação das mudanças de trânsito com antecedência, bem como monitorando a obra que ainda não está nem na metade e conjectura-se novas modificações.

Denúncia 7670/19-TCE/PR – Falta de dados profissionais dos diretores da CMTU para satisfazer as exigências da lei das estatais (lei nacional 13.303/16)

Consultando o site oficial da CMTU-LD, em que pese a disposição nominal dos membros da Diretoria e dos respectivos Conselhos, não se encontram as informações profissionais e curriculares destes, fato qual constitui empecilho ao direito do cidadão em tomar ciência a respeito dos ocupantes dos referidos cargos, bem como acompanhar a observância dos requisitos legais.

Entende-se que não deve haver bloqueio para a disponibilização de tais informações, tendo em vista ser a CMTU-LD uma Sociedade de Economia Mista, órgão da Administração Pública Indireta do Município de Londrina, e, portanto, os referidos dados possuem viés público.

Resguardando ainda sobre a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), em seu artigo 17 e seguintes, esta exige o cumprimento de determinados requisitos para a indicação, nomeação e posse dos membros do Conselho de Administração e Fiscal, bem como para presidente, diretor-presidente e etc.

Neste sentido, o Observatório oficiou a CMTU para a disponibilização dos currículos de todos os membros da Diretoria, dos Conselhos Administrativo e Fiscal no site oficial da CMTU-LD para garantir o direito à informação dos cidadãos londrinenses.

Em resposta, a CMTU disse que aquilo que eles consideravam importantes estava já no site, e os demais itens poderiam ser pedidos por qualquer cidadão desde que exponham seus motivos e razões do pedido.



O Observatório, ao entender que tal órgão está indo contra a lei expressa mencionada acima, não teve outra alternativa senão denunciar ao TCE a CMTU por não disponibilizar os dados profissionais dos diretores da companhia suficientes a satisfazer as exigências da Lei das Estatais (Lei nacional 13.303/16), abrindo assim a denúncia 7670/19 no TCE em 09 de janeiro de 2019.

Aquisição dos uniformes escolares

Em acompanhamento dos processos licitatórios de Aquisição dos Uniformes Escolares para os alunos da rede municipal, quais sejam: Pregão Presencial nº 214/2018 e Pregão Presencial nº 245/2018, o Observatório enviou o ofício 008-2019 ao Prefeito e Secretarias de Gestão Pública e Educação, em tom sugestivo e colaborador, algumas considerações a respeito do esclarecimento dos procedimentos, bem como propôs possíveis mecanismos para auxiliar na condução dos próximos certames.

Buscamos alertar acerca da necessidade de antever eventuais atrasos e situações prejudiciais no decorrer do certame, tais como impugnações, recursos, ações judiciais, desistência ou inabilitação de participantes, e dar início ao procedimento em tempo suficiente para que imprevistos não afetem o cumprimento temporâneo e efetivo da prestação dos uniformes aos alunos.

Além disso, outro fator que deve ser observado para a produção das próximas licitações destes produtos é a alteração de determinados requisitos. A diminuição da gramatura de tecido exigida para as peças, por exemplo, que à priori representou uma espécie de obstáculo às empresas participantes quando da amostragem dos produtos. Descartando, contudo, que não visamos com isso a aquisição de produtos de menor ou nenhuma qualidade em nome da ampla concorrência no certame, mas sim garantir a participação efetiva das empresas de confecção, objetivando que se adquiram uniformes de qualidade apropriada.

Ademais, outra questão que representou dificuldade para a participação das empresas foi a necessidade de apresentar laudos técnicos para amostragem das peças. Tendo em vista o valor de custo para a produção do respectivo atestado, pode haver desistência por parte dos competidores temerosos de arcar com tal despesa e acabar derrotado no processo de licitação.

Entendemos ser indispensável a apresentação do respectivo laudo que chancele a qualidade do referido produto a fim de garantir a melhor aquisição para a Administração Pública. Entretanto, é perceptível que este, em razão do preço para sua elaboração, pode configurar um desestimulante às pessoas jurídicas de menor porte.

Diante disso, após deliberação em nossas reuniões semanais, elencamos possíveis soluções para tal questão: a primeira delas é formalizar um convênio ou parceria com os órgãos do terceiro setor que atuam na elaboração destes laudos, como o Senai. Não sendo isso possível, outra sugestão é iniciar um processo licitatório



para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de laudos.

A elaboração de parceria com tais órgãos ou até mesmo a contratação de empresa especializada garantiriam ao Poder Público a segurança de um laudo responsável e padronizado contendo as informações necessárias para a aferição da qualidade dos produtos licitados, bem como traria maior conforto e incentivo para as empresas participantes do certame, não gerando obstáculos para a ampla concorrência.

Após envio do ofício apresentando sugestões para a melhoria do planejamento de tal licitação bem como da fiscalização do contrato, os órgãos anuíram a nossas sugestões e disseram que aplicam tal planejamento.

Indagações acerca da aquisição de Imóvel para a sede do PROCON

Foi veiculado no início deste ano, na seção própria do PROCON-LD no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Londrina, que o referido órgão instaurou procedimento de Chamamento Público a fim de elencar possíveis imóveis para abrigar sua nova sede. A procura do imóvel seria com área útil mínima de 650m², vagas de garagem, proporcionando mais conforto e praticidade ao cidadão que busca sua proteção enquanto consumidor, além de proporcionar economia mensal de aproximadamente R\$ 12.000,00 (doze mil reais mensais) que atualmente são dispendidos com aluguel e quota condominial do imóvel atual.

A mídia local noticiou que a expectativa das autoridades é de gastar cerca de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para adquirir o imóvel correspondente à nova sede do PROCON-LD, quantia esta proveniente de recursos próprios do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, formado por valores advindos de multas e TACs (Termo de Ajuste de Conduta) que atualmente somam aproximadamente R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) aplicados e sua utilização deve exclusivamente ser destinada ao custeio do órgão fiscalizador.

Frente ao exposto, em consulta ao Portal do Município de Londrina, na área de busca de Chamamento Público, não é possível encontrar o procedimento referente à aquisição referida, tampouco encontrar mais informações acerca do andamento de tal projeto. Desta forma, elaboramos o ofício nº 029/2019 a fim de elucidar essa questão, destacando principalmente que o custo da aquisição do imóvel é equivalente a aproximadamente 17 anos de aluguel e condomínio nos padrões atuais de dispêndio mensal, isso posto, o que valeria mais a pena, aquisição ou permanência na condição de locatário? Ainda, esse valor não poderia ser aplicado na construção de uma nova sede para o órgão, do que a compra?

Em resposta ao nosso questionamento, o PROCON afirmou que a prefeitura é quem realiza o pagamento do aluguel e da taxa condominial do imóvel onde está situado, e por isso a compra do imóvel geraria uma economia ao cofre da Prefeitura, além disso, a aquisição de um imóvel próprio não gerará nenhum ônus à prefeitura de

Londrina, pois o valor será oriundo de um fundo próprio do PROCON, cujos recursos devem ser dispendidos exclusivamente hipóteses do art. 16 da Lei Municipal nº 9.291/2003.

O imóvel onde o PROCON está situado não possui condições físicas para comportar o Órgão e possui diversos problemas estruturais (vazamentos, rachaduras, problemas elétricos, entre outros), pois se trata de um imóvel antigo.

Em relação à construção, foi verificado junto à Secretaria Municipal de Gestão Pública e a informação passada foi que a Prefeitura não possui um local acessível à população, pois os terrenos que a Prefeitura detém são em locais afastados do centro da cidade ou do centro cívico, o que dificultaria muito o acesso dos consumidores. Os únicos imóveis viáveis na época seriam o do Quebec (onde foi reservado para a Secretaria Municipal de Educação) e o da Duque de Caxias (que foi, por projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores, repassado aos Artistas de Rua).

Ademais, foram visitados 39 (trinta e nove) imóveis no município, destes, 29 (vinte e nove) foram excluídos por não atender aos critérios estabelecidos (tamanho, condições, localização e estacionamento) e os demais foram encaminhados à comissão de avaliação de bens da Prefeitura de Londrina. Com base a realizar esse levantamento, e levando em conta orientações da própria Secretaria Municipal de Gestão Pública, não houve chamamento, mas confeccionado a Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2019 (para levantamento de imóveis) e amplamente divulgada nos locais adequados.

O Observatório de Londrina entendeu como pertinente as explicações elucidadas e apenas acompanhará o processo da aquisição, mas sem maiores objeções no momento.

Sercomtel Iluminação e SMOP (Gerência de Iluminação Pública) – Pedido de disponibilização do cronograma de instalação das luminárias LED

A imprensa local veiculou em junho deste ano diversas matérias jornalísticas a respeito da implementação das luminárias LED que vêm sendo instaladas em diversos pontos da cidade, principalmente nas avenidas e ruas de maior importância da cidade de Londrina.

Tal atividade tem origem fundada no processo de inexigibilidade 0211/2018 (Sei nº 19.008.054857/2018-35) o qual gerou o contrato 0305/2018 (Sei nº 19.008.072545/2018-11), cujo objeto consiste na Contratação, por Inexigibilidade, da Sercomtel Iluminação S/A, para execução de obras para modernização da iluminação pública viária do município de Londrina/PR com a instalação de luminárias com tecnologia LED, incluindo equipamentos, serviços de mão de obra e fornecimento de materiais.



Ao analisar tais processos junto ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, não foi possível obter o cronograma detalhado da ordem de implementação das referidas luminárias, ou seja, o plano de ação dos serviços de instalação das novas lâmpadas evidenciando as vias que seriam contempladas, bem como a disposição cronológica das vias a serem contempladas com a referida ação.

Tendo como alvo a mais ampla transparência e o efetivo dispor das informações relacionadas a tal prestação de serviços, o Observatório a Sercomtel e a Prefeitura sobre a disponibilização do referido cronograma de instalação das luminárias com tecnologia LED pela cidade, bem como a divulgação de tal cronograma através das redes sociais, do sítio oficial, e da imprensa oficial de modo geral.

Em resposta, a Sercomtel sustentou que as vias são definidas pelo Município de Londrina. Até o presente momento não obtivemos resposta da prefeitura.

Relatório da aquisição de tintas viárias da CMTU

Acompanhamos a aquisição de tintas viárias da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU, por intermédio do Programa Compra Londrina, buscando auxiliá-los no sentido de garantir a boa qualidade da tinta a ser comprada.

Tal acompanhamento se originou de uma solicitação da própria Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, a qual tinha como objetivo garantir que o processo licitatório, bem como o sucessivo contrato, viabilizasse o fornecimento de uma tinta de boa qualidade, durabilidade e preço justo.

Com este fim, foi agendada pelos órgãos componentes do Programa Compra Londrina uma reunião na sede da ACIL, em 30 de abril de 2019, contando com a presença de um empresário do ramo de tintas comuns (Grafilit), um químico operante na fabricação de tintas, bem como um chefe de operações na fábrica da empresa, para fornecer suporte técnico e maior conhecimento a respeito do produto a ser adquirido.

Naquela oportunidade, foi exposta pelos funcionários da CMTU a dificuldade da Companhia em adquirir tintas viárias de boa qualidade e duração prolongada, bem como os obstáculos para adquirir produto capaz de apagar as tintas atualmente impressas no asfalto quando há necessidade de alteração da sinalização viária.

Em análise ao edital de licitação e seus anexos, destacou-se os seguintes itens de possível alteração para melhoria dos resultados obtidos com o certame:

- a. Aquisição da tinta em barris de 100/200 litros, atualmente são latas de 18 litros;
- b. Contratação de laboratório especializado para análise e elaboração de laudos de aferição da qualidade da tinta;



c. Aquisição de produto capaz de remover a tinta viária do asfalto para substituição das atuais tintas pretas utilizadas para tal finalidade;

d. Adoção de mecanismos e práticas tendentes a reduzir ao máximo o impacto ambiental, tal como a logística reversa.

Já em fase de acompanhamento à produção e condução do processo licitatório, foi bem sucedido o esforço da CMTU em incluir no corpo do instrumento convocatório a contratação do laboratório para produção de laudos acerca do produto, bem como a previsão de obrigatoriedade da logística reversa. Entretanto, não houve cumprimento ao esperado no que se refere à aquisição das tintas em barris de volume superior a 18 litros, tampouco a aquisição de produto diverso à tinta de coloração preta para suprimir do asfalto as tintas ali impressas.

Frente a este fato, o Observatório questionou a CMTU sobre a não adoção de todas as medidas sugeridas, ao que foi respondido que nesse momento eles não possuem capacidade logística para trabalhar com recipientes maiores, já que haveria necessidade de adequação da estrutura física do almoxarifado, construção de local devidamente adaptado para o manuseio dos produtos, adaptação dos veículos, entre outras necessidades. Acerca do produto para remoção de tinta viária do asfalto, possibilidades estão sendo avaliadas, como por exemplo a aquisição de uma máquina específica para a remoção de tinta viária por meio de raspagem asfáltica, que é atualmente utilizada em Curitiba. Há também um professor universitário desenvolvendo um produto específico para tal atividade, o qual inclusive forneceu amostra para testes à CMTU, porém ainda se encontra em estudos.

Em um panorama geral, o Observatório de Londrina entende como um avanço as alterações promovidas no certame 169/2019, quais sejam: a adoção da logística reversa e a contratação de laboratório para aferição da qualidade das tintas após a entrega do produto. Lamentamos a impossibilidade de aquisição das tintas em galões de quantidade superior (100/200 litros) e esperamos que os estudos e alterações necessárias para tal implementação sejam efetivos e bem sucedidos de forma a viabilizar tal alteração para os próximos certames de aquisição do produto. Já em relação à aquisição de máquina específica para a remoção da tinta viária, esperamos que o referido certame traga uma compra com preço adequado e a utilização do referido maquinário seja bastante eficaz no alcance de seu objetivo principal, apagar a tinta de sinalização do asfalto.

Cabe destacar que continuaremos acompanhando as futuras aquisições do respectivo produto, bem como os demais objetos que envolvem tal contratação, a fim de colaborar e garantir que o interesse público de adquirir um produto de qualidade pelo menor preço seja alcançado.

Monitorando obras de vias públicas

O monitoramento iniciou com a obra do Alargamento da Rua Aminthas de Barros e acabou tomando proporções maiores e globais posteriormente.

Inicialmente buscou-se fiscalizar a licitação CP/SMGP - 0012/2018: Execução de Pavimentação Asfáltica e Obras de Infraestrutura para o Alargamento da Rua Aminthas de Barros, Rua Antônio de Moraes Barros e Rua Senador Souza Naves, no Município de Londrina. A obra, prevista para iniciar em 21/11/2018 e com duração de 12 meses, encontrava-se aparentemente parada em alguns trechos, além de não possuir placas de identificação, com o valor da obra, prazo de duração, responsável técnico, etc. como manda o art. 16 da Lei federal nº. 5. 194/66.

Em resposta, o engenheiro fiscal da obra afirmou que ela se encontra atrasada, com 23% de evolução física, sendo que a contratada já havia sido notificada do atraso, bem como solicitado a regularização da mesma.

Mediante a resposta insatisfatória recebida, o Observatório resolveu aprofundar a fiscalização de obras, e mediante o ofício 43/2019 solicitou a relação de obras públicas feitas e em andamento nos últimos 5 anos, além de mais informações sobre como funciona a fiscalização das obras públicas, buscando assim entender melhor como funciona a fiscalização e execução de obras de uma forma global. Mas novamente, a resposta obtida foi evasiva e insatisfatória.

Uma vez que o Observatório não somente questiona e aponta, mas também sempre busca ajudar e melhorar o processo da gestão pública, foi buscado conhecimento e alternativas de como lidar com o processo de fiscalização. Em consulta e reuniões com empresas de obras privadas, foi possível compreender novas formas de fiscalizar e acompanhar o andamento de uma obra. Em seguida, por meio do ofício 31/2019, mandamos um pedido de reunião entre os especialistas em acompanhamento de obras, o Observatório e o Poder público para aprimorar esse processo. Atualmente estamos na fase de agendar a reunião com o SMGP e o SMOP para darmos andamento.



Paralelo a isto, recebemos uma denúncia de irregularidades na obra de alargamento da Faria Lima. O Observatório foi averiguar e achou as seguintes irregularidades: A placa contendo as informações da obra consta que a data de início da obra foi dia 09/11/2018, no entanto, o portal da transparência aponta a data 01/11/2018, como é possível ver nas figuras abaixo:



Percebe-se também que não há nenhuma medição inserida no portal da transparência; não há o número SEI, nenhum deles, seja da licitação seja da gestão contratual; além de averiguar que a previsão de término da obra era dia 09/06/2019, porém como se verificou “in loco” a obra está bem longe de ser





concluída. Outras irregularidades foi a observação de que há uma placa abandonada no gramado em uma propriedade particular:

Verificou-se também que ainda há árvores caídas dentro do lago obstruindo parcialmente a passagem da água, mesmo que no entorno já tenha sido recolhido os galhos e madeira:

Também foi verificado que os empregados trabalhavam sem a utilização de EPI's mínimos, como luvas, óculos ou capacete, alguns sequer possuíam vestes com refletores ou botas, como foi filmado em vídeo e arquivado como prova.

Diante de tal contexto, foi questionado todas essas irregularidades ao órgão competente, do qual nos respondeu negando os fatos narrados. Frente ao exposto, o Observatório decidiu por encaminhar todo o fato ao TCE para apuração e também divulgar na imprensa o ocorrido, mostrando ainda que o Observatório espera que o TCE analise o ofício e exerça a função de aconselhar ou determinar que a secretaria cumpra as questões referentes ao acesso à informação. Queremos também que isto seja divulgado ao público para que a população possa acompanhar o andamento das obras.

ELEIÇÕES 2019

No dia 15 de março de 2019 foi realizada a Eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal bem como aprovação das contas dos anos de 2017 e 2018.

Havendo comunicação prévia publicada no jornal Folha de Londrina no dia 01 de fevereiro de 2019 e concorrendo em chapa única, foi eleita a nova diretoria do Observatório de Gestão Pública, composta pelos seguintes cargos/nomes:

Presidente Roger Striker Trigueiros; Vice-Presidente Rafael Carvalho Neves dos Santos; Diretor Administrativo-Financeiro Emerson Rogerio Rodrigues; Vice-diretor Administrativo-Financeiro Waldomiro Carvalho Grade; Diretor de Controle Social Leandro Vieira Silva Matos; Vice-diretor de Controle Social João Delfino Resende Pádua; Diretora de Parcerias e Relações Institucionais Ana Paula dos Santos; Vice-diretor de Parcerias e Relações Institucionais José Albino de Oliveira Branco; e membros efetivos do Conselho Fiscal: Vera Lucia Tieko Suguihiro, professora; Viviane Marques de Mendonça Dmitruk; Simone Damazio Pilatto, advogada; Membros suplentes do Conselho Fiscal: Mariane Silva Oliveira; Ivair Godeny Acrane.



A Cerimônia de Posse ocorreu dia 17 de abril de 2019 e contou com a presença de diversos patrocinadores, apoiadores do Observatório e representantes das entidades da Administração Pública, como Secretários e Vereadores.



CAPACITAÇÃO, DEBATES E PALESTRAS

Tendo como estímulo a capacitação dos envolvidos e a disseminação de conhecimento e boas práticas, membros e voluntários do Observatório fizeram uma viagem à Florianópolis para participação em debates e palestras acerca de Transparência, Planejamento e Gestão Pública, realizados nos dias 10/04/2019 e 11/04/2019.

Foram vários os eventos realizados na UDESC e na Câmara dos Vereados de Florianópolis, ocorrendo a Reunião Inicial de Planejamento e definição de objetivos no dia 10 de abril às 9h e a Experiência de Londrina em Transparência, também no mesmo dia às 19h, ambos na UDESC Esag - Av. Me. Benvenuta, 2007 - Santa Monica. No dia 11 de abril teve o Legislativo, Transparência e Governança Colaborativa das 8h às 18h na Câmara Municipal de Florianópolis - R. Anita Garibaldi, 35 – Centro.



Aprofundando nos temas em favor da transparência e de prevenção à corrupção, membros do Observatório participaram do 3º Congresso Pacto Pelo Brasil, organizado pela OSB. Com a temática “Práticas Honestas na Relação Público-Privada”, o congresso foi realizado no Centro de Eventos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), em Curitiba-PR e discutiu formas de tornar o país uma Área Livre de Corrupção.

O evento ocorreu entre os dias 26 de agosto de 2019 a 28 de agosto 2019. No dia de abertura teve palestra com o desembargador do TRF4, Dr. João Pedro Gebran



Neto falando sobre perspectivas no enfrentamento à corrupção no Brasil. Já a palestra de encerramento contou com o Sr. João Paulo Pacífico, do Grupo Gaia, falando sobre organizações com propósito.

PARCERIA COM NIGEP

O Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública (NIGEP) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) tem atuado junto à Gestão Pública do município prestando consultoria frente a vários processos da administração. A parceria que inicialmente começou voluntária teve neste ano de 2019 contrato oneroso assinado, prevendo implantar nove projetos de modernização da gestão pública em diversas secretarias. O trabalho que já começou visa desenvolver diagnósticos, planos e ações em áreas fundamentais para a Prefeitura, envolvendo suporte para as secretarias de Educação, Recursos Humanos, Gestão, Saúde, Obras, Fazenda e Planejamento.



Como grupo interdisciplinar, conta com professores (mestres e doutores), estudantes especialistas e demais profissionais, nas áreas de Administração, Economia, Serviço Social, Direito e Ciências Contábeis.

O Observatório, como entidade que busca o desenvolvimento de Londrina, apoia a parceria firmada, inclusive atuando em conjunto, tendo um colaborador de seu corpo técnico, Jaqueline Claudino, participando ativamente das reuniões do NIGEP para desenvolvimento dos trabalhos.

O presidente do OGPL ressalta que a parceria firmada entre o poder público e a universidade da cidade é algo imprescindível, visto todo o conhecimento que a instituição possui e acumula ao longo do tempo, sendo justo que este conhecimento retorne para a cidade, em trabalhos como esta parceria.

DIPLOMA DE RECONHECIMENTO PÚBLICO CONFERIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL E PELA PREFEITURA

O Observatório da Gestão Pública de Londrina recebeu o Diploma de Reconhecimento Público conferido pela Câmara Municipal e pela Prefeitura. A iniciativa de homenagear o Observatório de Londrina pelos serviços prestados em defesa da transparência e





na fiscalização dos gastos públicos da cidade foi do vereador Tio Douglas e teve apoio dos demais vereadores.

O Diploma de Reconhecimento Público – honraria que a entidade recebeu – destina-se às pessoas físicas ou jurídicas, órgãos e entidades que pela sua atuação ou pela sua qualidade humana, cívica, intelectual, política ou profissional tenham se destacado em benefício da comunidade.

A cerimônia ocorreu dia 5 de julho às 20 horas, na Sala de Sessões da Câmara, com transmissão online pelo site da CML e pelo canal da Câmara no Youtube. O parlamentar justificou que a entrega da honraria busca ressaltar a importância da instituição para a eficácia e transparência na aplicação dos recursos públicos no município. Em 2019, o OGPL completa dez anos de criação.

O presidente do Observatório, Roger Trigueiros, afirmou que receber a homenagem da Câmara é o reconhecimento de que a entidade cumpre o papel para o qual foi criada. “Além disso, ratifica o desafio e o compromisso do Observatório de melhorar ainda mais sua atuação”, avaliou.

Notícias

27/06/2019 - 18:24:00

Homenagem na Câmara comemora 10 anos do Observatório

[Curtir](#) [Compartilhar](#)



A Câmara Municipal de Londrina realiza na próxima semana, no dia 5, às 20 horas, sessão solene para entrega do Diploma de Reconhecimento Público ao Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL), por iniciativa do vereador Tio Douglas (PTB). Autor do requerimento nº 120/2019, com a solicitação de entrega da honraria, o parlamentar ressaltou a importância da instituição para a eficácia e transparência na aplicação dos recursos públicos no município, lembrando que em 2019 completam 10 anos de sua criação.

De acordo com informações publicadas no site eletrônico do Observatório (<http://observatoriolondrina.org.br/institucional/>), a iniciativa para criação do órgão em Londrina espelhou-se no sucesso do Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal. Atualmente o OGPL faz parte da rede de observatórios coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), que congrega 140 cidades em 16 estados do País, e é presidido pelo advogado Roger Striker Trigueiros.

O Diploma de Reconhecimento Público - honraria que a entidade vai receber na Câmara Municipal - destina-se às pessoas físicas ou jurídicas, órgãos e entidades que pela sua atuação ou pela sua qualidade humana, cívica, intelectual, política ou profissional tenham se destacado em benefício da comunidade. A solenidade será realizada na sala de sessões do Legislativo, com transmissão *online* pelo site www.cml.pr.gov.br e pelo canal da Câmara no Youtube.

Confira matéria completa:

<https://www.cml.pr.gov.br/cml/site/noticiadetalha.xhtml?origem=0&idnoticia=2123&idnoticia=2123>

ANIVERSÁRIO DE 10 ANOS DO OGPL

Em 2009 foi o ano em que tudo começou, por meio de reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Nessa trajetória o Observatório de Gestão Pública em outubro de 2019 completou dez anos de atuação. Para comemorar essa trajetória, foi realizado um evento na Faculdade Atopp com o tema “CORRUPÇÃO DO DIA-A-DIA”. Participaram do evento Roger Trigueiros – Presidente do Observatório, Bruno Galatti – Procurador de Justiça, Mário Sérgio Lepre – Professor de ciência política, Elve Sense – Professor de filosofia e Fábio Silveira – Jornalista da RPC. Os participantes promoveram um debate com participação do público presente sobre como a corrupção aparece em diferentes âmbitos da vida em sociedade. A mediação foi do vice-presidente do OGPL, Rafael Carvalho.

No mesmo dia foi realizado na Faculdade Atopp o workshop “COMPRA PÚBLICA E CIDADANIA, O QUE ISSO AFETA SUA VIDA?”, com os facilitadores Leandro Matos, professor de administração, e Mauro Anici, advogado e consultor credenciado ao Sebrae.



PUBLICAÇÕES SOBRE OS 10 ANOS DO OBSERVATÓRIO

Gestão pública

Londrina - O Observatório da Gestão Pública de Londrina completa dez anos e, para celebrar a data, promove o evento “Dez anos do OGPL”, no dia 3 de outubro, na Faculdade Atopp (rua Fortaleza, 91). A programação começa às 14h, com o workshop “Compra pública e cidadania, o que isso afeta sua vida?”, com os facilitadores Leandro Matos e Mauro Anici, advogado e consultor credenciado ao Sebrae. Às 19h30, será realizado o debate “Corrupção do dia-a-dia”, com Roger Trigueiros (presidente do Observatório), Bruno Galatti (promotor de justiça), Mário Sérgio Lepre (professor de ciência política), Elve Cenci (professor de filosofia) e Fábio Silveira (jornalista da RPC), com mediação do professor de administração Leandro Matos. Informações no <https://forms.gle/igJemtmI2UspZ5PA> ou pelo fone (43) 3324-1414.

cidades@folhadelondrina.com.br
(43) 3374-2263

10 anos do OGPL

O Observatório da Gestão Pública de Londrina completa dez anos e promove o evento “Dez anos do OGPL”, na próxima quinta-feira (3), na Faculdade Atopp. A programação vai culminar no debate “Corrupção do dia-a-dia”, às 19h30, com Roger Trigueiros (presidente do Observatório), Bruno Galatti (promotor de justiça), Mário Sérgio Lepre (professor de ciência política), Elve Cenci (professor de filosofia) e Fábio Silveira (jornalista da RPC), com mediação do professor de administração Leandro Matos. As inscrições são gratuitas. Informações: (43) 3324-1414.

**CBN Londrina**
100,9 FM[Matérias](#) ▾ [Programação](#) [Jornalistas](#) ▾ [Comentaristas](#) ▾ [CBN Campo](#) [CBN Entrevista](#) [Ciclo de Pa](#)

SEGUNDA, 07/10/2019, 06:15

Observatório de Gestão Pública faz balanço de 10 anos de atividades em Londrina

Um dos destaques de licitações que a entidade conseguiu reduzir o valor em mais de 70% é o de kits de material escolar em 2012.

O Observatório de Gestão Pública de Londrina – OGPL comemora 10 anos.

Tudo começou em 2009 quando começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos.

De acordo com o presidente do OGPL, Roger Trigueiros, a entidade atua em diversos setores e calcula aproximadamente R\$ 1 bilhão apurados em editais, ao longo dos anos.

Confira matéria completa:

<https://cblondrina.com.br/index.php/materias/observatorio-de-gestao-publica-faz-balanco-de-10-anos-de-atividades-em-londrina>

PRÊMIO BOAS PRÁTICAS NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE LONDRINA

No dia 29, às 19 horas, no auditório da Super Creche, o Observatório realizou sua segunda edição do evento Prêmio Boas Práticas nos Conselhos Municipais de Londrina, que ocorreu nos dias 25 a 29 de novembro, dentro da VI Semana Municipal de Transparência, Cidadania e Controle Social com o tema: Cidadania Plena, o Controle Social e os Conselhos de Políticas Públicas.

O objetivo do prêmio é identificar e dar publicidade aos bons projetos que vêm sendo desenvolvidos pelos conselhos municipais com atuação em Londrina, com foco em controle social, participação da comunidade, transparência, eficiência e promoção da cidadania.

Foi concedido um troféu de menção honrosa aos três conselhos municipais que se inscreveram na segunda edição do prêmio.





São finalistas os conselhos municipais da Cultura da Paz, dos Direitos do Idoso, de Usuários da Sercomtel e da Cidade.

O concurso “Boas práticas em conselhos municipais” recebeu projetos que contemplaram atividades nas seguintes áreas: Transparência e eficiência, Controle social e participação da comunidade e Promoção da cidadania.



Saiba mais: <http://observatoriolondrina.org.br/noticias/sem-categoria/ogpl-abre-inscricoes-para-o-premio-boas-praticas-em-conselhos-municipais-de-londrina/>

www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina

ENTREVISTAS PARA A FOLHA DE LONDRINA, CBN, PAIQUERÊ

Comunicação OGPL:

O Observatório analisou a licitação para construção da escola do Moradas de Portugal. Chamou atenção da equipe o fato de o documento cobrar que as empresas concorrentes comprovem experiência de construção de pelo menos 1150 m² e execução de estrutura metálica especial com vão livre de 20 metros. O OGPL vai estudar a lei para verificar se as exigências são adequadas para garantir que a obra seja feita com qualidade, porém, sem limitar a concorrência. O valor da obra é de R\$ 5,8 milhões, mas o edital não detalha se o custo é relativo apenas à construção ou também inclui os projetos, o que será questionado pelo Observatório para estabelecer

parâmetros em relação ao custo de construção de escolas do município.

Durante o período, a rádio CBN veiculou notícias sobre o questionamento do OGPL relativo ao processo de venda da Sercomtel.

Confira matéria completa:

<https://cbnlondrina.com.br/materias/futuro-das-subsidiarias-da-sercomtel-preocupa-observatorio-de-gestao-publica>

CBN Londrina
100,9 FM

Matérias▼ Programação Jornalistas▼ Comentaristas▼ CBN Campo CBN Entrevista Ciclo de Palestra

QUARTA, 27/11/2019, 18:57

Futuro das subsidiárias da Sercomtel preocupa Observatório de Gestão Pública

Órgão de fiscalização quer que município detalhe o que pretende fazer com as duas empresas, já adquiridas por R\$ 7 milhões.

As subsidiárias da Sercomtel Telecom – Iluminação e Contact Center – já são da Prefeitura de Londrina. Um projeto de lei aprovado na Câmara autorizou o município a investir R\$ 7 milhões na aquisição das duas empresas, que atuam em ramos bem diferentes. A primeira, criada em 2014 para suprir a saída da Copel, cuida atualmente de toda a iluminação pública da cidade. A segunda atua no ramo do telemarketing, prestando serviço para a própria Telecom e também a clientes diversos.

**CBN Londrina**
100,9 FM

Matérias ▾ Programação ▾ Jornalistas ▾ Comentaristas ▾ CBN Campo ▾ CBN Entrevista ▾ Ciclo de Palestr

QUARTA, 27/11/2019, 19:21

Observatório de Gestão Pública não aceita pagar R\$ 5 mil para ter acesso a dados sigilosos do processo de privatização da Sercomtel

Órgão de fiscalização alega falta de transparência. Já secretário de Governo argumenta que cobrança de taxa é comum entre investidores.

O Observatório de Gestão Pública de Londrina enviou ofício à Secretaria Municipal de Governo nesta quarta-feira questionando a cobrança de R\$ 5 mil feita pelo poder público para quem quer ter acesso ao chamado data room do processo de privatização da Sercomtel. A telefonia pública vai a leilão na Bolsa de Valores de São Paulo em fevereiro do próximo ano, e o município formou a plataforma virtual, com dados sigilosos e confidenciais da empresa, para o conhecimento de possíveis investidores.

Confira matéria completa:

<https://cbnlondrina.com.br/materias/observatorio-de-gestao-publica-nao-aceita-pagar-r-5-mil-para-ter-acesso-a-dados-sigilosos-do-processo-de-privatizacao-da-sercomtel>

CBN Londrina
100,9 FM

Matérias ▾ Programação ▾ Jornalistas ▾ Comentaristas ▾ CBN Campo ▾ CBN Entrevista ▾ Ciclo de Palestras

QUARTA, 20/11/2019, 19:26

Falta de engenheiros fez prefeitura gastar mais de R\$ 1,7 milhão em projetos nos últimos dois anos

Levantamento é do Observatório de Gestão Pública, que aponta para a necessidade de mais profissionais capacitados. Em resposta, Secretaria de Obras anuncia edital para contratação temporária de 26 engenheiros civis.

Um levantamento divulgado nesta quarta-feira pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina conseguiu ilustrar bem as dificuldades enfrentadas pela prefeitura por conta da ausência de engenheiros civis qualificados. A pesquisa teve início no mês passado, quando o município divulgou que precisaria contratar uma empresa para fazer os oito projetos estruturais da reconstrução da sede da Acesf, no centro da cidade. Depois de questionar se não havia profissionais no próprio órgão para a execução das propostas, o que poderia gerar economia aos cofres do município, o Observatório seguiu em frente com o levantamento, e descobriu que, atualmente, o número de engenheiros concursados é insuficiente para dar conta de todos os projetos.

Confira matéria completa:

<https://cbnlondrina.com.br/materias/falta-de-engenheiros-fez-prefeitura-gastar-mais-de-r-1-7-milhao-em-projetos-nos-ultimos-dois-anos>

CBN Londrina
100,9 FM

Matérias ▾ Programação ▾ Jornalistas ▾ Comentaristas ▾ CBN Campo ▾ CBN Entrevista ▾ Ciclo de Palestras

QUARTA, 27/11/2019, 18:57

Futuro das subsidiárias da Sercomtel preocupa Observatório de Gestão Pública

Órgão de fiscalização quer que município detalhe o que pretende fazer com as duas empresas, já adquiridas por R\$ 7 milhões.

As subsidiárias da Sercomtel Telecom – Iluminação e Contact Center – já são da Prefeitura de Londrina. Um projeto de lei aprovado na Câmara autorizou o município a investir R\$ 7 milhões na aquisição das duas empresas, que atuam em ramos bem diferentes. A primeira, criada em 2014 para suprir a saída da Copel, cuida atualmente de toda a iluminação pública da cidade. A segunda atua no ramo do telemarketing, prestando serviço para a própria Telecom e também a clientes diversos.

O futuro das duas empresas preocupa o Observatório de Gestão Pública de Londrina, que, inclusive, chegou a questionar a criação da Sercomtel Iluminação no Tribunal de Contas assim que a empresa começou a operar na cidade. Em relação à Contact Center, o presidente do Observatório Roger Trigueiros, destaca que o município pretende transformá-la em um centro de Tecnologia da Informação, ramo bem diferente do atual.

Confira matéria completa:

<https://cbnlondrina.com.br/materias/futuro-das-subsidiarias-da-sercomtel-preocupa-observatorio-de-gestao-publica>



23 DE NOVEMBRO DE 2019

Observatório de Londrina estuda falta de engenheiros na Prefeitura

Secretário municipal de Obras defende necessidade de licitar novos projetos de engenharia

OGPL estuda falta de engenheiros na Prefeitura

Secretário de Obras defende necessidade de o município licitar novos projetos de engenharia; segundo ele, há déficit de profissionais em algumas áreas

Pedro Moraes

Agência Estado

Com canteiros de obras espalhados por toda a cidade, a demanda por engenheiros é grande. A construção de um só prédio impõe a necessidade de volume grande de projetos, como de profissionais para orçar, executar e fiscalizar os trabalhos. A necessidade da elaboração de uma nova sede para a Acesf (Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina) e a abertura de um edital para a contratação de oito projetos fizeram com que o Observatório de Gestão Pública de Londrina iniciasse um estudo sobre uma possível falta de engenheiros especialistas na equipe da Secretaria Municipal de Obras. A dúvida do organismo de fiscalização é sobre qual escolha traria mais economia para o cofre municipal: a contratação de novos engenheiros por concurso público ou a encomenda dos projetos por meio de certames.

O trabalho de análise que responderá tal questionamento ainda deve durar pelo menos quinze dias, mas já tem alguns indicadores. Em 2018, por exemplo, foi gasto R\$ 1,06 milhão com investimentos em projetos. Já este ano, já se tem um cálculo de R\$ 750 mil até o momento. "Uma questão delicada no que diz respeito às licitações é a necessidade

do menor preço, mas neste caso os critérios técnicos têm enorme importância. Atualmente o quadro de engenheiros da secretaria de Obras não é suficiente nem para realizar a devida fiscalização. Os únicos projetos que são feitos são de galerias pluviais", apontou o advogado Gabriel Barioni, responsável pelo estudo no Observatório.

A preocupação com os projetos não deve ser apenas de caráter técnico. Na avaliação de Barioni, o trabalho de elaboração de novas construções tem uma enorme responsabilidade com o desenvolvimento da cidade. "A ideia é que os projetos atendam a critérios de sustentabilidade e deem retorno não só à sociedade como ao ambiente", disse. Esta orientação deve ser guia dos gestores e profissionais que pensam estrategicamente o futuro das cidades. O número de profissionais escolhidos hoje deve ser determinado levando em consideração os planos de médio e longo prazo. "Estas são decisões políticas e sempre esperamos que sejam feitas com responsabilidade", opinou Barioni.

DEFICIT

O secretário municipal de Obras, João Verçosa, defende a decisão de a prefeitura licitar os projetos de engenharia. Um dos principais argumentos é que a

necessidade atual da mão de obra é circunstancial. Neste momento há um montante de obras que faz com que o número de engenheiros seja insuficiente. "Outra questão importante é que esses projetos exigem alta qualificação e atualização constante. Mesmo as construtoras abriram mão de ter projetistas. Temos a nossa disposição os melhores profissionais no mercado, que tanto trabalham para as prefeituras como para a iniciativa privada", explicou Verçosa.

Ainda há a necessidade de engenheiros para resolver antigos problemas. Segundo o secretário, há um déficit dos profissionais para o trabalho de legalização das obras privadas. Cerca de 4 mil projetos aguardam análise. "São projetos de prédios, casas e até que determinam a divisão de terrenos, numa fase preliminar à construção. Precisamos resolver essa questão, que é um problema antigo", afirmou o secretário. Com o intuito de resolver os atuais problemas, a prefeitura publicou na terça-feira (19) um edital para a contratação temporária, por até dois anos, de 26 engenheiros civis. O teste seletivo simplificado oferece um salário de R\$ 6.808,12.



PARCEIROS E PATROCINADORES

O Observatório de Gestão Pública de Londrina agradece a todos os parceiros que nos apoiaram em 2019.



Pessoas Físicas

Antônio Cantoni

Waldomiro Grande

DIRETORIA

Presidente Roger Striker Trigueiros	Vice-Presidente Rafael Carvalho Neves dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro Waldomiro Carvalho Grade	Vice-Diretor Administrativo-Financeiro Emerson Rogerio Rodrigues
Diretora de Controle Social Vera Lucia Tieko Suguihiro	Vice-Diretora de Controle Social Rosane Fátima Silva Fiori
Diretora de Relações Institucionais Ana Paula dos Santos	Vice-Diretora de Relações Institucionais Rosemary Batista de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Simone Damazio Pilatto Pereira
Fabiano Abucarubi
João Delfino Resende de Pádua

EQUIPE

Assessoria Jurídica	Gabriel Barioni de Alcântara e Silva
Assessoria de Comunicação	Carolina de Faria Avansini